

Governo Castelo Branco (1964-1967)

O MILITAR assumiu com a promessa de que a intervenção seria curta e o que o PODER voltaria aos CIVIS logo que o PAÍS superasse os problemas que levaram ao GOLPE. No entanto, três meses após sua posse CASTELO BRANCO promulgou a EMENDA CONSTITUCIONAL que prorrogou seu MANDATO até 1967. Em outubro de 1965, editou o AI-2, que estabelecia a ELEIÇÃO INDIRETA para PRESIDENTE, extinguia PARTIDOS políticos e permitia ao EXECUTIVO cassar MANDATOS. Também instituiu o BIPARTIDARISMO (ARENA e MDB) e criou o SERVIÇO NACIONAL de INFORMAÇÕES (SNI), uma espécie de POLÍCIA POLÍTICA. Em fevereiro de 1966, como resposta às pressões pelo fim do REGIME foi editado o AI-3, tornando INDIRETAS as ELEIÇÕES para GOVERNADOR. Em novembro, veio o AI-4, que fechou o CONGRESSO e determinou regras para aprovação da nova CONSTITUIÇÃO, votada em janeiro de 1967. O texto incorporou os ATOS INSTITUCIONAIS, ampliou os PODERES do PRESIDENTE e reduziu ainda mais os do LEGISLATIVO.

No plano ECONÔMICO, Castelo Branco implementou uma POLÍTICA recessiva, com seu **PAEG** (Programa de Ação Econômica do Governo) que tinha como objetivos: ACELERAR o ritmo de CRESCIMENTO ECONÔMICO do país e conter a INFLAÇÃO. Para isso cortou gastos PÚBLICOS e aumentou IMPOSTOS. Em verdade, o programa atendia aos interesses POLÍTICOS do golpe militar de 1964. Propiciou a redução real dos SALÁRIOS e o ingresso de CAPITAIS ESTRANGEIROS no país.

Governo Costa e Silva (1967-1969)

Durante o Governo de COSTA e SILVA, o regime MILITAR prosseguiu sua marcha para consolidar-se no PODER. Em seu MANDATO, a oposição se acentuou e as manifestações pelo fim do REGIME se multiplicaram. Em março de 1968, a morte do ESTUDANTE Edson Luiz durante o confronto com a POLÍCIA MILITAR no RIO de JANEIRO disparou uma onda de PROTESTOS e PASSEATAS estudantis. Em junho, uma manifestação organizada pela UNE contra a DITADURA, a Passeata dos Cem Mil, tomou o centro da CAPITAL FLUMINENSE.

Enquanto isso o GOVERNO também era pressionado pelos militares da LINHA DURA, que defendiam a intensificação das ações repressivas. Em setembro, num discurso ousado contra o REGIME, o DEPUTADO MÁRCIO MOREIRA ALVES, do MDB, convocou, na Tribuna da CÂMARA, a população a boicotar a PARADA MILITAR de 7 de setembro. O governo fechou o CONGRESSO e decretou o Ato Institucional nº 5, que deu ao PRESIDENTE plenos PODERES para cassar MANDATOS, suspender DIREITOS políticos, demitir e aposentar FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS; acabou com o *habeas-corpus*; ampliou e endureceu a repressão POLICIAL e MILITAR.

As forças POLICIAIS e MILITARES passaram a ter carta-branca para PRENDER opositores sem precisar de acusação formal nem registro. A REPRESSÃO policial aumentou, enquanto os grupos RADICAIS de ESQUERDA se voltaram para as ações de GUERRILHA URBANA.

Antes de terminar o MANDATO, o Presidente Costa e Silva foi obrigado a deixar o CARGO, vitimado por uma TROMBOSE. Uma JUNTA MILITAR assumiu o poder impedindo que Pedro Aleixo ocupasse a Presidência da República e levasse avante o projeto de fazer o País retornar à legalidade CONSTITUCIONAL. Reconhecendo a impossibilidade de RECUPERAÇÃO física de Costa e Silva, a JUNTA MILITAR declarou seu MANDATO extinto, indicando como seu sucessor o general EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI.

Governo Médici (1969-1974)

Afastado por problemas de SAÚDE, Costa e Silva foi substituído por uma JUNTA MILITAR, que governou por dois meses e realizou uma reforma CONSTITUCIONAL, instituindo a PRISÃO PERPÉTUA a quem praticasse ações SUBVERSIVAS. Os MILITARES reabriram o CONGRESSO para que os PARLAMENTARES pudessem OFICIALIZAR a escolha do novo PRESIDENTE, o general EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI.

Conhecido como “ANOS de CHUMBO”, o MANDATO de Médici foi caracterizado pela multiplicação das acusações de TORTURA e desaparecimento de OPOSITORES. Espalharam-se pelo país os centros de TORTURA do regime, ligados ao DESTACAMENTO de OPERAÇÕES e INFORMAÇÕES – CENTRO de OPERAÇÕES de DEFESA INTERNA (DOI-CODI). A GUERRILHA URBANA perdeu terreno nas CAPITAIS e tentou afirmar-se no INTERIOR, como no ARAGUAIA, mas acabou enfraquecida e DERROTADA. Os dirigentes de ESQUERDA, CARLOS MARIGHELLA e CARLOS LAMARCA foram MORTOS nessa época.

Enquanto isso, o regime apelava para o ufanismo, tentando criar a IMAGEM do “Brasil Grande” com a implementação de grandes obras. Iniciaram-se as construções da rodovia TRANSAMAZÔNICA e da ponte RIO-NITERÓI, e, slogans do tipo “BRASIL, AME – O ou DEIXE – O”. Como trunfo o GOVERNO alardeava o vigor da ECONOMIA. De fato, entre, 1969 e 1973, o BRASIL viveu o “MILAGRE ECONÔMICO”, crescendo em média 11% ao ANO. Tal pujança se desenvolveu entre outros fatores, a uma POLÍTICA de investimentos no setor FINANCIERO, a subsídios e incentivos FISCAIS para a INDÚSTRIA e AGRICULTURA, ao apoio às EXPORTAÇÕES e a EMPRÉSTIMOS no EXTERIOR.

Mas o “MILAGRE BRASILEIRO” durou pouco porque não tinha bases SÓLIDAS para permanecer. O breve surto de CRESCIMENTO ECONÔMICO brasileiro estava condicionado a uma conjuntura INTERNACIONAL, embora momentânea e excepcional. Ao desaparecer essa conjuntura favorável, com a chamada CRISE do PETRÓLEO iniciada em 1973, a economia brasileira sofreu brusco impacto. Por um lado, a INFLAÇÃO retomou seu ritmo de crescimento; por outro lado, nossa DÍVIDA EXTERNA foi-se elevando cada vez mais, passando de 3,5 bilhões para 17 bilhões de DÓLARES.

Governo Geisel (1974-1979)

No período de Governo do general Ernesto Geisel entrou em vigor o **II PND** (Plano Nacional de Desenvolvimento), que enfatizava a necessidade de expansão da indústria de bens de produção (máquinas, equipamentos pesados, aço, cobre, fertilizantes, energia elétrica, etc.), a fim de se conseguir uma sólida infra-estrutura econômica para o progresso econômico-industrial.

Com o autoritarismo, o Governo assumiu o objetivo de fazer do Brasil uma **potência mundial emergente**. Mas este projeto deveria ser **comandado exclusivamente** pelo Estado, embora pudesse aceitar a colaboração “desinteressada e nunca impositiva” dos demais setores da sociedade.

Nesse período estimularam-se grande obras nos seguintes setores:

Setor de mineração: exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás; extração da bauxita (minério de alumínio) através da ALBRAS e da ALUNORTE.

Setor energético: construção de poderosas Usinas Hidrelétricas, como Itaipu, Sobradinho, Tucuruí, etc.; ingresso do Brasil na era da energia nuclear, marcado pelos acordos feitos com a Alemanha Ocidental para a instalação de oito reatores nucleares em nosso país.

Os objetivos previstos pelo II PND eram demasiadamente otimistas e audaciosos. O País não tinha condições internas de custear os gigantescos investimentos planejados pelo Governo — as chamadas “obras faraônicas”. O Governo acreditava que bastava a firme decisão de vontade de um Estado forte para moldar a sociedade brasileira segundo seu projeto político. O Estado assumiria o papel de sujeito ativo da história, e a sociedade, um mero objetivo passivo. “Aqui reside o grande equívoco do projeto Brasil-Potência e a causa principal do seu fracasso, pois nem sempre a vontade do Estado coincide com a vontade de outros agentes da sociedade (banqueiros, empresários, trabalhadores, etc.). A sociedade não é um ser monolítico e inerme, e, sim, uma realidade plural e dinâmica.” Assim, o Governo não conseguiu levar avante seu projeto porque isolava-se orgulhosamente da sociedade da sociedade, em vez de avaliar

a conjuntura histórica do momento. A economia mundial contraía-se significativamente, e nosso comércio exterior padecia uma série de dificuldades. O País sofria o impacto da elevação dos preços do petróleo, na medida em que 80% do petróleo aqui consumido era importado. Gastando quase metade da receita de nossas exportações com a aquisição de petróleo, a balança comercial brasileira desequilibrou-se, apresentando constantes déficits que, para serem compensados, exigiam novos empréstimos do exterior.

As principais dificuldades econômicas enfrentadas pelo Governo Geisel foram: a inflação retomando seu ritmo de crescimento; a dívida externa evoluindo; e a balança comercial, em geral, desequilibrada.

Governo João Figueiredo (1975-1985)

Os principais objetivos do Governo João Figueiredo foram expressos no III PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) (1980-1985). Esse plano afirmava que a preocupação central do Governo era a “construção de uma sociedade desenvolvida, livre, equilibrada e estável, em benefício de todos os brasileiros, no menor prazo possível”. Com efeito, estabelecia as seguintes metas prioritárias: crescimento da renda e do emprego; equilíbrio do balanço de pagamentos; controle da dívida externa; combate à inflação; desenvolvimento de novas fontes de energia; e aperfeiçoamento das instituições políticas. Dos vários objetivos planejados, o Governo Figueiredo levou avante:

A substituição progressiva da energia importada por energia nacional. É extremamente ilustrativo desse item o desenvolvimento do **Proálcool** (Programa Nacional do Álcool). Segundo o Ministério da Indústria e do Comércio, existiam, em 1982, cerca de 450 mil veículos rodando exclusivamente a álcool, abastecendo-se nos 8550 postos de serviços espalhados pelo País. Mas o programa prosseguiu, ampliando cada vez mais seu alcance.

O aperfeiçoamento das instituições políticas. Em face da crescente pressão da sociedade civil, o Presidente Figueiredo assumiu o compromisso histórico de promover a “abertura política”, visando à democratização do País. Como resultado concretos e positivos do processo de abertura destacam-se: a liberalização da censura; a anistia a diversos condenados políticos; a volta ao pluripartidarismo; a volta das eleições diretas para Governador de Estado.

Contudo, a maioria dos objetivos planejados pelo Governo Figueiredo no III PND estiveram, infelizmente, longe de ser alcançados. O período foi marcado por grave crise econômica, que se refletia nos seguintes problemas fundamentais:

Dívida externa: o acentuado endividamento externo do País alcançou cifras estrondosas. Tendo-se socorrido de vultuosos empréstimos, do **FMI** (Fundo Monetário Internacional), o Brasil, para obter os empréstimos, teve que se submeter às exigências dos banqueiros internacionais, que ditaram regras sobre a conduta de nossa política econômica. Como se vê, “o teor de autonomia política, no que tange às decisões nacionais, é inversamente proporcional ao grau de endividamento externo”.

Inflação: a inflação brasileira, uma das maiores do mundo, atingiu, no final de 1984, a cifra de 223,8% ao ano, com prejuízo, principalmente, das classes assalariadas, que viram diminuído seu poder aquisitivo.

Desemprego: sem recursos para manter o crescimento da economia, o Brasil começou a sofrer crescente crise de empregos: a cada ano, o País precisa gerar cerca de 1,5 milhão de novos empregos, para absorver os novos contingentes de trabalhadores. Mas a nossa economia não conseguiu se desenvolver o suficiente para atender a essa necessidade de ampliação do mercado de trabalho. Em 1983, a situação do desemprego em São Paulo, Rio de Janeiro e outros lugares do Brasil atingiu níveis tão desesperadores que levou grupos de desempregados a se manifestar nas ruas, chegando até **saquear** supermercados em busca de alimentos. Essa atitude gerou consequências violentas e dramáticas: várias pessoas ficaram feridas e foram registrados casos de morte durante os saques.

O Fim do Regime Militar

O fracasso do modelo político e econômico adotado pelo regime militar ficou mais do que evidenciado durante o Governo do general Figueiredo. O País mergulhou numa das maiores crises

econômicas de sua história, que se refletia nas elevadas taxas de inflação, no assombroso endividamento externo e no déficit público das empresas estatais.

Num movimento crescente de questionamento do regime militar, das decisões autoritárias e centralizadoras do Governo, diversos setores da sociedade (partidos, Igreja, associações científicas, Imprensa, empresários, universidades, sindicatos profissionais) passaram a reivindicar ardenteamente uma mudança de rumos para o País.

A crescente onda de descontentamento popular em relação ao regime militar foi canalizada, de modo pacífico e ordeiro, pelas lideranças de oposição, para a campanha em favor das eleições diretas para Presidente da República. O objetivo era conseguir que o Congresso Nacional aprovasse a emenda proposta pelo deputado Dante de Oliveira, que restabelecia **eleições diretas** para Presidente e acabava com o Colégio Eleitoral, onde se faziam as eleições indiretas.

A Campanha pelas Diretas foi um dos maiores movimentos cívicos, de alcance popular, já registrado na história do Brasil. Envolvendo multidões entusiasmadas, o lema **Diretas-já** foi proclamado pelo povo em várias concentrações cívicas, realizadas em diversas cidades do País. Entretanto, uma série de **manobras** realizadas pela elite dirigente, ligada ao regime militar, impediu a implantação das eleições diretas para Presidente. O principal grupo político que se opôs à emenda das Diretas foi o liderado pelo deputado paulista Paulo Maluf.

Contrariada a vontade popular, expressa na Campanha pelas Diretas, iniciou-se a disputa indireta pela sucessão presidencial. Essa fase foi dominada por duas grandes candidaturas:

a do deputado **Paulo Maluf**, que era o representante oficial do Governo, embora não contasse com o pleno e efetivo apoio das forças que estavam no poder;

a do governador de Minas Gerais, **Tancredo Neves**, apoiado por uma heterogênea aliança política, a Aliança Democrática, que, apesar das contradições ideológicas de seus integrantes, apresentava como ponto comum a perspectiva de mudar o Brasil. Através de comícios populares, a candidatura de Tancredo Neves foi se consolidando como a alternativa viável das oposições brasileiras para alcançar o fim do regime militar. Tancredo afirmava que iria ao Colégio Eleitoral para acabar com ele, e que sua eleição seria a **última eleição indireta** para Presidente o Brasil.